

Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes *

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira **

Resumo

Este trabalho fundamenta-se no paradigma de formação sócio-espacial (SANTOS, 1979), na teoria da dualidade brasileira formulada por I. Rangel (1957), associados à perspectiva teórica desenvolvida por A. Mamigonian (1966 e 1986), que destaca o papel da pequena produção mercantil na dinâmica sócio-econômica das áreas coloniais do Sul do Brasil. O método utilizado articula dialeticamente natureza e sociedade, ao mesmo tempo em que promove o cruzamento de condicionantes gerais e específicos numa abordagem de caráter globalizante, através da qual toda a formação social é entendida como espacial e temporalmente determinada.

A temática justifica-se por seu caráter geográfico e pela necessidade de aprofundamento de análises e debates sobre a gênese, a evolução e as transformações que vêm afetando de forma acelerada os núcleos urbanos e comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina (Brasil), submetidos nas últimas décadas a pressões decorrentes de fluxos turísticos. Esta nova dinâmica impõe a realização de estudos que permitam identificar as

* As idéias aqui desenvolvidas foram originalmente apresentadas no 9º Encuentro de Geógrafos de América Latina, realizado na cidade de Mérida (México), em abril de 2003.

** Doutora em Geografia Humana pela USP. Professora do Curso de Ciência Política (Campus I – Itajaí) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria do Centro de Educação do Balneário Camboriú, da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: raquelfontes@brturbo.com.

“múltiplas determinações” (MARX, 1983) naturais e humanas que, ao longo do tempo e em diferentes escalas, foram moldando a organização sócio-espacial litorânea catarinense, hoje sujeita a tensões econômico-sociais e ambientais crescentes.

Palavras-chave: formação sócio-espacial; litoral de Santa Catarina; gênese e transformações recentes.

Abstract

This work is based in the paradigm of socio-spatial formation (SANTOS, 1979), in the theory of the Brazilian duality proposed by I. Rangel (1957), associated to the theoretical perspective developed by A. Mamigonian (1966 and 1986), that highlights the role of the small commercial production in the socioeconomic dynamics of the colonial areas of southern Brazil. The method used joins dialectically nature and society, and at the same time promotes the intercrossing of general and specific circumstances in an approach of a global nature, through which the whole social formation is understood as spatial and temporally determined.

The theme was chosen because of its geographical nature and the need to further develop analyses and discussions about genesis, evolution and transformations that have been rapidly affecting the urban areas and fishing communities of Santa Catarina's (Brazil) coastland, subjected to the pressures resulting from increasing tourism, during the past decades. This new dynamics calls for the development of studies that lead to the identification of the natural and human "multiple determinations" (MARX, 1983) that, along time and in different degrees, shaped Santa Catarina's coastal socio-spatial organization, currently subjected to growing socioeconomic and environmental strain.

Key words: socio-spatial formation; Santa Catarina's coastland; genesis and recent transformations.

Introdução

Qualquer estudo fundamentado na categoria de formação sócio-espacial, segundo Santos (1982), deve iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço. Esse enfoque teórico-metodológico proposto por Milton Santos é indicado para a abordagem científica da temática proposta, tendo sido já aplicado à análise de realidades geográficas distintas, pois considera a relação dialética entre elementos naturais e humanos, em diferentes escalas (mundial, nacional, regional e local). Tal perspectiva propicia uma interpretação totalizadora manifestada nos escritos de Marx (as “múltiplas determinações”), ao mesmo tempo em que permite analisar a especificidade de cada lugar histórica e geograficamente, sem contudo, desprezar o conhecimento do conjunto.

Diante disso, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendraram, sem, contudo, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o seu desenvolvimento. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces - dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana. Essa visão aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade, requisito fundamental para a percepção da totalidade e, ao introduzir a dimensão espacial, demonstra a impossibilidade de compreensão da sociedade sem referência ao espaço, pois toda formação econômico-social é espacial e temporalmente determinada.

Essa perspectiva teórico-metodológica promove a aproximação entre a história e a geografia, ao mesmo tempo em que favorece a consideração da dimensão histórica na geografia e da dimensão geográfica ao longo da história, numa

complementaridade que permite ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço.

Cada local tem seu desenvolvimento definido, em parte, pelas suas próprias forças resultantes de uma complexa trama de elementos de ordem natural e humana que atuam sobre os processos responsáveis pelas formações sociais as quais se singularizam em razão de determinadas combinações (CHOLLEY, 1964).

Não resta dúvida quanto ao papel desempenhado pelo quadro natural e humano encontrado na América pelos conquistadores europeus, bem como pelas conjunturas histórica e econômica dominantes no Velho Mundo¹. O extremo sul do território colonial português, tal como a porção norte do continente americano, apresentava clima temperado e um relativo vazio demográfico. Na conquista da região temperada da América do Norte, realizada no século XVII, franceses e ingleses recorreram ao “excedente” populacional das metrópoles que organizou uma sociedade de pequenos produtores, numa transposição quase direta do modo de produção e das relações de produção mais avançadas, então vigentes na Europa (RANGEL, 1993). Já a Coroa portuguesa colonizou, nos séculos XVII e XVIII, as terras temperadas do sul com seus súditos, um contingente populacional colonial formado

¹ No artigo “500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil” (GEOSUL, 15, ano VIII. Florianópolis: EDUFSC, 1º sem. 1993, p. 7-12), I. Rangel demonstra como as condições naturais e humanas com as quais se depararam os conquistadores europeus vão se refletir na distribuição espacial dos modos de produção que se estabelecem no continente americano. As formações coloniais podem ser politicamente subordinadas, mas constituem estruturas específicas ditadas pelas particularidades do meio natural e humano das diferentes regiões do Novo Mundo. O processo histórico adquire, pois, uma especificidade, visto que as estruturas coloniais internas não se reduzem à mera projeção do capital mercantil. O modo de produzir dominante será definido segundo as relações de produção – cujo elemento decisivo é a propriedade dos meios de produção – e as forças produtivas que vão estabelecer as possibilidades de cada área

por paulistas, ameríndios e africanos que dão início a uma sociedade de mera subsistência e, logo a seguir, latifundiária pastoril-extrativa (VIEIRA e PEREIRA, 1997). Nas duas áreas organiza-se uma economia cuja produção volta-se prioritariamente ao atendimento dos interesses do mercado interno colonial, ao contrário, portanto, do que ocorre nas áreas coloniais tropicais onde a produção de mercadorias estrutura-se para atender as exigências mercantis das metrópoles temperadas europeias.

A gênese da formação sócio-espacial catarinense

A origem modesta e desvinculada do lucrativo comércio colonial agro-exportador imprimiu um caráter singular à formação sócio-espacial do Brasil Meridional, onde a ocupação da faixa Atlântica representou o primeiro momento da colonização lusa e constituiu um passo fundamental na conquista de vastas áreas situadas além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. O domínio português sobre grandes extensões do território sul-americano, que hoje corresponde à quase totalidade das terras que integram os estados do sul do país, só foi assegurado após acirradas disputas entre as Coroas Ibéricas.

Tal como ocorreu no restante do país, a área povoada inicialmente foi o litoral (século XVII), alvo da política expansionista de Portugal para o sul do Brasil, com a fundação, por vicentistas, de vários núcleos de povoamento, que ofereciam apoio e municiação para essa expansão rumo ao estuário do Prata, como é o caso de São Francisco do Sul (em 1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em 1673) e Laguna (em 1676), sendo este último o ponto mais meridional dentre os povoados da costa luso-brasileira, situado exatamente no marco extremo-sul da linha de Tordesilhas. O coroamento dessas conquistas territoriais no sul se deu com a fundação, em 1680, da colônia do Sacramento, defronte a Buenos Aires, assinalando a presença portuguesa na foz do Rio da Prata. Esse fluxo povoador que tinha como ponto de partida São Vicente vai, segundo Oliveira Vianna (1938), “contagiando a orla marinha até ao extremo sul, por migrações

sucessivas, em pequenos grupos familiares, de um modo quase insensível”, enquanto pelo planalto uma outra sub-corrente tem início em

Sorocaba e vai, através do Paraná e Santa Catarina, passando por Cruz Alta e S. Borja, até ao âmagos dos pampas. Em 1728, liga-se com a do litoral em Laguna, pela estrada de Araranguá, aberta nos flancos da cordilheira marítima. (VIANNA, 1938:110).

Na orla litorânea, os contatos iniciais foram facilitados pelo mar, enquanto no interior a fisionomia e a flora do planalto meridional concorreram para a rápida expansão das bandeiras de colonização. Movidos inicialmente (século XVII) pela procura de índios para escravizá-los e vendê-los, no século seguinte (XVIII), os paulistas passaram a arrebanhar o gado missioneiro para comercializar em Sorocaba, incorporando-o ao circuito econômico colonial e, ao longo desse caminho, foram sendo criadas sesmarias que se transformaram em estâncias. A exploração econômica das terras do planalto catarinense deu origem, nas suas manchas de campo ao latifúndio pastoril, associado ao extrativismo dos ervais nativos encontrados na mata de araucária.

A extrema mobilidade dos grupos humanos de origem vicentista deu sustentação ao domínio português na disputa da região com a Coroa Espanhola, e mais tarde, já em meados do século XVIII, a estes primeiros colonizadores da faixa litorânea vieram juntar-se os fluxos migratórios provenientes do arquipélago dos Açores. A instalação desses imigrantes constituiu a maior intervenção de planejamento estatal português no sul do Brasil, tanto no plano geopolítico como geoeconômico, imprimindo ao povoamento características mais variadas e duradouras (MAMIGONIAN, 1998). Para sua subsistência, os açorianos passaram a dedicar-se à pesca artesanal e à policultura. O domínio da metrópole portuguesa, apesar de limitar as possibilidades de acumulação, não impediu o surgimento de uma certa diferenciação interna entre esses pequenos produtores.

Assim, no século XVIII, o projeto de colonização do Brasil Meridional, do qual fazia parte a ocupação do espaço litorâneo

catarinense, se amplia e se consolida com a instalação de bases político-militares, o que levou à construção de um complexo de fortificações (na Ilha de Santa Catarina e áreas circunvizinhas²) e à edificação de armações baleeiras, financiadas por capitais comerciais portugueses, para a extração de óleo de baleia, utilizado nos séculos XVIII e XIX para vários fins (tais como na construção civil, na conservação de madeiras, na iluminação, e também como lubrificante em diversas manufaturas), em cujo processo produtivo empregava-se o trabalho escravo. As enormes instalações marítimas e manufatureiras instaladas ao longo do litoral catarinense multiplicaram-se – a primeira a ser construída foi a de Armação de Nossa Senhora da Piedade, em 1742 –, propiciando grandes lucros decorrentes da exportação de azeite para a Europa, especialmente na segunda metade do século XVIII. (SILVA, 1992).

A manufatura escravista das armações articulava-se à pequena produção agrícola familiar cujos excedentes eram comercializados, alçando o litoral catarinense a uma posição de destaque no contexto do Brasil-colonial como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios. Diferentemente de outras regiões brasileiras onde predominava a exploração monocultora em vastas glebas de terra utilizando mão-de-obra escrava, no litoral catarinense a colonização açoriana alicerçada na pequena

² A Ilha de Santa Catarina foi a base militar onde chegavam as tropas que se batiam no sul. Era, pois, necessário protegê-la de ataques inimigos, razão pela qual o Brigadeiro Silva Paes, primeiro governador da capitania, foi encarregado pela Coroa portuguesa da construção de um sistema defensivo. Assim, em pouco mais de quatro anos foram construídos quatro fortes: o de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim; o de São José da Ponta Grossa, no norte da ilha de Santa Catarina; o de Santo Antônio de Ratonas, na ilha do mesmo nome, e o de Nossa Senhora da Conceição, na ilha de Araçatuba. Mais tarde (1761-1771) foram construídos outros três junto à vila de Desterro, tornando a ilha de Santa Catarina a área mais fortificada da porção meridional da colônia luso-americana. Algumas dessas fortalezas, em bom estado de conservação, tornaram-se importantes pontos de atração turística.

propriedade familiar permitia ao colono a prática de uma policultura de subsistência que, somada à produção pesqueira, garantia os excedentes que ampliaram as relações comerciais da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro³, transformada em capital com a criação da capitania de Santa Catarina, em 1738.

Além de beneficiar-se de sua função administrativa e da condição de praça comercial, a privilegiada localização da Ilha-Capital situada estrategicamente entre as duas mais importantes cidades sul-americanas da costa Atlântica – Rio de Janeiro e Buenos Aires –, favoreceu também o desenvolvimento das atividades portuárias.

Contudo, embora precoce, a pequena produção mercantil açoriana não desembocou em relações capitalistas de produção. Apesar da diferenciação social existente no interior dos processos produtivos (sobretudo na pesca), registrou-se a partir do final do século XVIII um empobrecimento dessa área que se aprofundou no decorrer do século XIX. A decadência deve-se a uma série de fatores de caráter endógeno e/ou exógeno que contribuíram para a permanência das relações de produção pré-capitalistas⁴. Embora

³ Num universo populacional formado por pequenos produtores independentes – agricultores e pescadores – havia uma diversificada produção cujo excedente era comercializado. A policultura fornecia excedentes alimentares tais como café, arroz, milho, feijão, melado, etc, além de diversos pescados. Mas o maior destaque ficava com a farinha de mandioca cuja exportação foi a atividade mais rentável no século XVIII, alcançando os mercados do Rio de Janeiro, Salvador, Buenos Aires e Montevideú. Entre os pescadores, abria-se a oportunidade de nos meses da safra baleeira, comporem a força de trabalho no interior das grandes manufaturas trabalhando como remeiros, timoneiros e arpoadores, o que traduziu-se num acúmulo de riquezas que favoreceu a sua transformação em senhores de escravos.

⁴ Os entraves ao desenvolvimento da pequena produção mercantil açoriana estão relacionados a um conjunto de fatores, entre os quais cita-se o papel concentrador dos comerciantes e aristocratizante dos capitais mercantis; o artesanato açoriano que com sua excessiva diversificação não permitia a especialização do artesão num único ofício

Desterro – que passou a denominar-se Florianópolis em 1894 – mantivesse a função comercial de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões e as atividades portuárias até 1930, sua importância, diante da riqueza produzida nas áreas de colonização européia situadas no interior do Estado, cai gradativamente. Reduzida à função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis perde significado regional e nacionalmente.

Os vicentistas e açorianos, com suas atividades sócio-econômicas, imprimiram à formação sócio-espacial litorânea de Santa Catarina características próprias, decorrentes das particularidades naturais e da evolução econômico-social interna, aliada aos interesses da metrópole portuguesa e à conjuntura mundial, cujas heranças impregnaram o território e as comunidades de grande parte da orla catarinense.

Ao se iniciar a fase do Brasil Independente, os numerosos vales fluviais e as imensas áreas florestais situadas na porção ocidental do planalto permaneciam praticamente virgens. Com o estabelecimento de agricultores alemães em pequenas propriedades, abre-se, por assim dizer, um novo ciclo povoador com uma sucessão de várias correntes de imigrantes europeus, que incrementaram, inicialmente, a colonização dos vales atlânticos e das áreas florestais mais orientais, modificando as características naturais e promovendo o desenvolvimento econômico de várias regiões catarinenses. Os primeiros alemães chegaram a São Pedro

e, conseqüentemente, não possuía o vigor indispensável para dar o impulso necessário ao surgimento de unidades industriais, tal como aconteceu nas colônias de imigração. Há que se lembrar também dos elementos característicos da formação sócio-espacial açoriana próprios de relações pré-capitalistas: a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança, a redução da mão-de-obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, bem como o espírito de camaradagem existente entre agricultores, pescadores e artesãos, mentalidade tipicamente pré-capitalista.

de Alcântara em 1829. Um pouco mais tarde, no vale do Itajaí, fundaram Blumenau (1850) e no nordeste do Estado, Joinville (1851), seguindo-se novas frentes de ocupação que estabeleceram colônias menores, numa penetração no sentido oeste. Os colonos alemães iniciaram uma diversificada pequena produção mercantil rural (produtos alimentares, tais como manteiga, banha, leite, queijo) e urbana (atividades de artesãos, como ferreiros, marceneiros, tecelões, alfaiates, sapateiros). Ao comercializarem o excedente de sua produção adquiriam através do sistema colônia-venda outras mercadorias, imprimindo um dinamismo que, articulado às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extra-regionais decorrentes da evolução do capitalismo no Brasil e no mundo, propiciou o surgimento e a consolidação de um vigoroso parque industrial.

Ainda no final do século XIX, imigrantes italianos reuniram-se à corrente de imigrantes povoando as bordas de áreas ocupadas pelos alemães (vale do Itajaí) e fundando novos núcleos coloniais no litoral sul de Santa Catarina, que se expandiram rapidamente através de atividades ligadas à agricultura e à mineração do carvão. Nas primeiras décadas do século XX, a ocupação do território catarinense completou-se com a comercialização de glebas de terra localizadas na porção oeste do planalto num processo de colonização e povoamento que se fazia “não a partir da costa oriental longínqua, mas a começar do sul, por colonos alemães e italianos e companhias de colonização do Rio Grande do Sul” (WAIBEL, 1958).

Um aspecto a ser destacado na colonização europeia do Brasil subtropical, foi a sua notável capacidade de expansão, já que os excedentes demográficos, devido aos limites na capacidade de subdivisão das pequenas propriedades, extravasaram em correntes mais ou menos expressivas que por mais de um século foram avançando, dando origem a sucessivos núcleos povoadores (BERNARDES, 1969).

A pequena produção mercantil que se organizou nas áreas de colonização do Sul do Brasil, enfaticamente destacada por

Mamigonian em seus estudos sobre o processo de industrialização do Brasil⁵, associada às distinções oferecidas pelo próprio quadro natural soube tirar proveito de condições internas favoráveis e propiciou uma dinâmica de desenvolvimento econômico distinta do latifúndio pastoril, onde as fracas densidades populacionais ocasionavam uma baixa produtividade e um reduzido nível de consumo dos produtores diretos (MAMIGONIAN, 1969). O tipo de sociedade criada com o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes que realizavam uma significativa divisão social do trabalho é essencial para se entender o êxito da industrialização nessas áreas onde, ao contrário da sociedade de base latifundiária, os empreendimentos se multiplicaram e souberam tirar proveito de conjunturas depressivas do comércio internacional (1873-1896/1921-1948), expandindo seus negócios de modo a alcançar o mercado do sul do Brasil e, às vezes, de São Paulo e do Rio de Janeiro, antes mesmo da Iª Guerra Mundial.

⁵ Para A. Mamigonian, essa pequena produção mercantil, transplantada da Europa no século XIX, lembra o povoamento do nordeste dos Estados Unidos no século XVII e é fator essencial para se entender o desenvolvimento das áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Seu êxito industrial contrasta com a frágil industrialização até recentemente verificada nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha – RS e Lages – SC). Estudos recentes sobre a industrialização paulista também destacam a força da pequena produção mercantil existente dentro e fora das fazendas de café. E conclui acrescentando que “o apelo à interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores) além de pobre, atende, em parte, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais” MAMIGONIAN, A. Indústria de Santa Catarina. In: **Santa Catarina: sociedade e natureza**. Relatório parcial de Projeto Integrado de Pesquisa. Florianópolis: CNPq, 2000 (mimeo.).

A dinâmica sócio-espacial do litoral catarinense: o turismo e as transformações recentes

O traço fundamental da paisagem natural catarinense é dado pela conformação geral de seu relevo que apresenta duas grandes regiões: o litoral e o planalto separados pelas serras do Mar e Geral. Essa configuração do relevo, combinada a outros elementos naturais (vegetação, hidrografia e solos), propiciou as bases para o desenvolvimento de formações sociais distintas: o latifúndio pastoril (nas áreas de campos) e extrativo (nas áreas de ervais nativos e matas de araucária) no planalto e a pequena produção mercantil, na fachada litorânea, nos vales florestados das vertentes atlântica e do interior.

O quadro geográfico conferiu ao espaço catarinense certas peculiaridades que, somadas ao processo de ocupação do território, o tornaram singular frente aos outros estados que integram a Região Sul do Brasil: o Estado do Paraná, ao norte e o Estado do Rio Grande do Sul, na porção mais meridional do país. A diversidade do meio natural e o mosaico sócio-cultural representado pelos diferentes fluxos colonizadores dotaram Santa Catarina de uma grande diversidade de opções turísticas⁶, muito

⁶ LINS, H. et al destacam que a diversidade sócio-espacial catarinense oferece potencialidades turísticas representadas pela existência de diferentes “circuitos”: 1º - o litorâneo, composto pelos numerosos balneários situados na orla marítima do Estado, onde na porção central destaca-se a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) e, no litoral norte, o Balneário Camboriú, principal pólo de confluência turística; 2º - o histórico-cultural, definido pela diversidade dos grupos sociais que colonizaram o território catarinense ao longo do tempo (a grosso modo, no litoral, os açorianos; no Norte-Nordeste e Vale do Itajaí, os alemães e no Sul, os italianos); 3º - o das festas típicas, ligadas às origens étnicas dos povoadores, dentre as quais a mais conhecida é a Oktoberfest, em Blumenau; 4º - o da neve, no Planalto Serrano catarinense, onde os atrativos são representados pelo clima (possibilidade de ocorrência de neve) e pela forte e antiga tradição rural; 5º - o das águas termais, caracterizado pela distribuição das estâncias hidrominerais no território

embora o turismo efetivamente de massa no Estado esteja vinculado aos atributos naturais de sua orla marítima.

A análise da formação litorânea catarinense permite distinguir características geográficas especiais, em que se harmonizam montanhas, amplas baías, belas praias, mangues, exuberante vegetação de Mata Atlântica e uma bem distribuída rede fluvial. A conjunção desses elementos naturais foi de fundamental importância para o início do processo de ocupação do litoral de Santa Catarina – as áreas correspondentes às várias bacias hidrográficas independentes que deságuam no Atlântico passaram a ser ocupadas apenas na segunda metade do século XIX – e até hoje o diferenciam do litoral dos estados vizinhos. A paisagem costeira catarinense possui recortes impostos pela presença de diversos promontórios e costões rochosos cobertos pela Mata Atlântica, intercalados por depósitos arenosos da planície costeira e outros ambientes litorâneos, como os mangues e as dunas, formações cuja fragilidade impõe a conciliação entre as atividades humanas e o meio natural, no sentido de se evitar a degradação ambiental que levará, certamente, à decadência da economia tradicional e à diminuição dos próprios atrativos turísticos (CRUZ, 1998).

Associada às feições geomorfológicas do extenso litoral de Santa Catarina, encontra-se uma grande diversidade de praias arenosas, baías e enseadas, lagunas costeiras de diferentes formas e tamanhos, estreitamente vinculadas às atividades sócio-econômicas das comunidades tradicionais. O litoral paranaense, por sua vez, é extremamente reduzido, enquanto o do Rio Grande do Sul apresenta uma grande extensão quase retilínea de mar aberto e sem

catarinense; 6º - o de compras, constituído pelas áreas de produção industrial que formam um eixo litorâneo pontilhado por cidades onde a oferta de produtos e a infra-estrutura de comercialização atraem visitantes até mesmo no verão, em razão da grande proximidade entre os balneários e os pólos industriais. (In: **A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (Org.). Florianópolis: APED, 2002, p. 212-214.)

elevações, com exceção das dunas. Corresponde à área de planície costeira de formação recente, definidora de uma paisagem de baixas altitudes marcada pela presença de várias lagoas e de uma grande restinga entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. Devido a sua localização geográfica é influenciado pela corrente marítima das Malvinas (ou Falklands) que torna suas águas mais frias e por fortes ventos dos quadrantes sul e nordeste, responsáveis pela grande mobilidade das dunas (MONTEIRO, 1963). Nesse contexto do Brasil Meridional, é, pois, o litoral catarinense o que, sem dúvida, exerce maior atratividade turística.

Na organização do espaço litorâneo brasileiro – aí incluído o de Santa Catarina – pode-se distinguir dois grandes momentos: o primeiro corresponde ao período que se estende dos primórdios da colonização até as primeiras décadas do século XX, e o segundo, à expansão capitalista moderna decorrente da aceleração do processo de industrialização brasileiro que se intensifica a partir de 1930 e se consolida nos anos 50.

O século XX inicia-se com o aprofundamento da crise do modelo implantado nas áreas de colonização açoriana, onde seus descendentes permanecem imersos num processo de estagnação econômica cujo quadro começa a se reverter nas décadas de 50 e 60 através de ações desencadeadas pelo Estado em várias instâncias. A Revolução de 30 assinala grandes mudanças na estrutura econômica e política brasileira com a chegada ao poder de camadas sociais nacionalistas e a formação de um novo pacto político que une latifundiários feudais, ligados ao mercado interno, à burguesia industrial nascente, excluindo do poder os comerciantes de importação e exportação⁷.

⁷ Conforme Mamigonian (Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**. UFSC/CFH/GCN, n.1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999. p.45.), o movimento revolucionário “de 1930 teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) e com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agro-exportadora, inaugurando o período de expansão da economia nacional sob dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais

Em Santa Catarina, tal como no restante do Brasil, essa terceira dualidade (RANGEL, 1957) esvazia o poder dos comerciantes de importação e exportação que controlavam os negócios nas praças comerciais litorâneas⁸. Em Florianópolis, porém, comerciantes de origem alemã, substitutos dos açorianos desde o final do século XIX, permaneceram vinculados aos capitais comerciais tradicionais do Rio de Janeiro pela navegação de cabotagem, o que impediu o acompanhamento das grandes mudanças impostas pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção, prolongando a estagnação econômica da capital catarinense e das áreas litorâneas por mais um período. Esses comerciantes desempenhavam um importante papel nas decisões locais e estaduais, tendo aplicado parte significativa do excedente econômico na modernização do comércio e do porto, ampliando as relações comerciais, sobretudo através da navegação de cabotagem.

Até 1930, Florianópolis era a maior cidade e o maior centro comercial do Estado, apesar de sua precariedade como capital. Exercia uma certa centralidade sobre todo o litoral e convergiam para ela as importações, bem como os excedentes resultantes da tributação, por ser a capital administrativa (CEAG/SC, 1980).

A nova situação política e econômica deflagrada a partir de 30 imprimiu um acelerado processo de industrialização e de

regionais voltadas ao mercado interno, como aos industriais que puderam acelerar o processo de substituição de importações”.

⁸ O referencial contido na teoria da dualidade básica da economia brasileira de I. Rangel permite analisar a evolução do processo histórico nacional, levando em conta sua especificidade. O Brasil, enquanto formação social periférica, reage dinamicamente às determinações da conjuntura internacional combinando modos de produção distintos ao longo das várias etapas do seu desenvolvimento histórico. As fases depressivas da economia mundial colocam o país diante de tensões geradas pela necessidade de novos relacionamentos com o centro do sistema, que provocam rupturas responsáveis por alterações nas bases econômico-políticas, com reflexos sobre toda a sociedade nacional, gerando mudanças nas relações de produção e nas classes dominantes.

integração do território nacional através da implantação de um sistema rodoviário nacional, consolidando o desenvolvimento industrial e comercial das áreas de colonização européia. Os estabelecimentos industriais iniciados modestamente pelos imigrantes souberam tirar partido da crise depressiva pela qual o capitalismo mundial passava na época, aproveitando-se da queda das importações para ampliar seus mercados consumidores. À recessão mundial, o Brasil respondia com uma substituição industrial de importações que, para se desenvolver e se consolidar, necessitava de medidas que impulsionassem a unificação do território nacional, rompendo as barreiras regionais.

O desenvolvimento do capitalismo industrial pós-30, impulsionado por forte intervenção estatal atinge, de uma forma ou de outra, as diferentes regiões do país, gerando uma nova organização sócio-espacial. A política desencadeada pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945) passou a eliminar as barreiras regionais, iniciando a formação de um mercado nacional visto que o avanço das relações capitalistas de produção dependia da constituição de um território unificado. Fazia-se necessário, então, desenvolver uma infra-estrutura de transportes e comunicações de dimensões nacionais, capaz de ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto, a base para a sua acumulação, o que significava, na prática, abrir as regiões semi-isoladas, integrando economicamente todo o país. E, quando isso aconteceu, a partir de 30 as áreas mais frágeis dominadas por iniciativas industriais originárias do capital comercial ocioso não conseguem enfrentar a concorrência. O período de 1930 até meados da década de 50 é caracterizado pela transição de uma economia agro-exportadora para a urbano-industrial que acelera a urbanização brasileira. Em Santa Catarina, as modestas iniciativas industriais surgidas nos núcleos urbanos situados nos vales de colonização européia foram conquistando agressivamente espaço no mercado regional e nacional.

Apesar das grandes transformações vividas pelo país em decorrência da expansão das relações capitalistas de produção, as

idades do litoral catarinense – entre as quais Florianópolis – passaram a sofrer um período de estagnação econômica. Embora a pesca industrial reduza o volume de pescado, apenas a pequena produção pesqueira sobrevive, favorecida pelas condições naturais da costa, cujas enseadas, costões e ilhas não permitiam a aproximação de embarcações de maior porte, assim como pela presença de cardumes muito próximos da linha da praia, o que facilita a sua captura pela pesca artesanal (BASTOS, 2000).

A fragmentação geoeconômica de Santa Catarina, a localização da capital, distante dos centros mais dinâmicos e a deficiência da malha viária do Estado, levaram ao isolamento de Florianópolis só rompido recentemente. O despertar para as novas tendências de crescimento econômico e demográfico dos núcleos urbanos litorâneos, sobretudo o da capital, inicia-se lentamente nos anos 50 e prossegue nos anos 60 com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação do trecho catarinense da BR-101, concluído em 1971⁹. Na capital, o Estado no comando dos processos modernizantes, realiza investimentos que modificam o perfil da cidade, aceleram a urbanização, reforçam o setor terciário e acrescentam novas funções à administração estadual e federal, dinamizando e implantando novos serviços¹⁰.

⁹ A inauguração da BR-101, rodovia federal, cujo traçado acompanha a linha da costa brasileira no sentido norte-sul, promoveu o contato entre os municípios do litoral catarinense e com os estados vizinhos, representando um marco na integração rodoviária do estado de Santa Catarina. Iniciada em 1953 e concluída em 1971, a BR-101 deixou à vista as belezas do litoral catarinense e tornou-se o caminho de um número crescente de veículos nacionais e estrangeiros que chegam ao litoral de Santa Catarina para o veraneio. No período de 1965 a 1970, a extensão das estradas federais pavimentadas em território catarinense passou de 369km para 907km, o que representa uma ampliação de 146%. Já a rede de rodovias estaduais pavimentadas, entre 1965 e 1970, cresceu de 446km para 1054km.

¹⁰ Desde o final dos anos 50, o crescimento da economia catarinense era bloqueado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro, obrigando a intervenção do Estado para promover um novo padrão de crescimento

Com a popularização do veraneio e a dinamização das atividades turísticas, os municípios da orla catarinense passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento, o que fez com que alguns deles se tornassem muito cedo centros de atração de fluxos de veranistas e turistas, enquanto outros foram afetados só muito recentemente. Apesar de ocupar apenas 1,12% do território brasileiro, o menor dos estados da Região Sul revela-se um dos principais pólos turísticos do Brasil, afirmando-se nacional e internacionalmente como rota de veraneio, tanto por sua geografia privilegiada quanto pela proximidade com os países do Cone Sul.

O litoral do Estado de Santa Catarina se estende por 561,4 km, desde a foz do rio Saí-Guaçú, na divisa com o Estado do Paraná (25°57'36"S), até a foz do rio Mampituba, na divisa com o Estado do Rio Grande do Sul (28°21'48"S). Pontilhada por inúmeras praias, a zona costeira catarinense tornou-se alvo de uma crescente demanda turística sazonal. Cabe, porém, ressaltar que foram justamente os representantes da burguesia industrial das áreas de imigração os primeiros a possuir casas de veraneio em balneários próximos.

A atração pela orla marítima iniciou-se nos primeiros anos do século passado, estimulando a construção de residências secundárias para famílias que residiam nas áreas coloniais localizadas próximas à faixa litorânea. Assim, por exemplo, na praia de Cabeçudas, situada junto à foz do rio Itajaí-Açu, as primeiras casas de veraneio surgiram em princípios do século XX, sendo que a construção do primeiro hotel (Hotel Herbst) data de 1911. Antes, porém, nos idos de 1905, João Bauer, industrial e

industrial. A partir de 1961, o Governo de Santa Catarina implementa um Plano de Metas que visa melhorar a estrutura energética, de transportes e de telecomunicações e ampliar a oferta de recursos financeiros. Atuando como condutor político do processo de integração e consolidação do capital industrial, o Estado realiza investimentos em infra-estrutura e cria linhas de crédito de longo prazo, derrubando as barreiras que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas.

comerciante de Brusque, após patrocinar a abertura da estrada Itajaí-Cabeçadas, ali construiu sua moradia de veraneio, logo seguido por outras famílias de Brusque, Itajaí e Blumenau. Também os primeiros veranistas de Balneário Camboriú, um grupo inicialmente bastante reduzido, pertenciam às classes mais abastadas do vale do Itajaí¹¹.

Em meados do século passado, quando o país entra numa nova etapa do desenvolvimento capitalista, um número crescente de moradores das cidades próximas ao litoral passa a freqüentar os vários balneários, promovendo a instalação de estabelecimentos comerciais e serviços. As casas de veranistas ou segundas-residências seguiam praticamente o mesmo padrão, independente do ambiente natural em que eram construídas, ocupando, em geral, lotes amplos e formando manchas contínuas que revelavam a presença de uma classe social distinta daquela a que pertenciam os moradores das comunidades locais. É o que acontece, por exemplo, na praia central do atual Balneário Camboriú, em Itapema e em Porto Belo, dentre outras, onde essas casas para veraneio foram se multiplicando. O processo de ocupação se faz tão vertiginosamente que já em 1964 a então chamada praia de Camboriú – hoje o maior pólo turístico do Estado – desmembra-se do Município de Camboriú, tornando-se um município independente com o nome de Balneário Camboriú.

¹¹ Em Itapema, município vizinho do Balneário Camboriú, o industrial Edgar von Büettner, proprietário da Indústria Têxtil Büettner, de Brusque, já vislumbrando um futuro promissor, foi adquirindo terras situadas à beira-mar a partir da década de 1920. Apenas numa compra realizada em 1935, o Sr. Büettner comprou de 14 moradores nativos 55.530 m² de terras situadas na área localizada entre a orla marítima e a antiga estrada geral que ligava Camboriú a Tijucas. No inventário aberto por ocasião da morte de sua esposa, em 1936, constata-se que as duas filhas do casal herdaram da mãe o correspondente a 661.181 m² no então distrito de Itapema, o que permite concluir que a família detinha a propriedade de 1.322.362 m², ou seja, 132,24 ha na orla marítima de Itapema, já que todos os terrenos faziam frente para as terras de marinha.

Percebe-se, pois, que o desenvolvimento e as transformações sócio-espaciais do litoral de Santa Catarina marcado pela colonização açoriana foram promovidos por iniciativas de uma burguesia oriunda da pequena produção mercantil e descendente de imigrantes europeus, procedente dos núcleos urbanos mais dinâmicos situados nos vales atlânticos, cujo crescimento econômico e demográfico superava o da fachada atlântica.

O mapa a seguir, elaborado por C. A. Figueiredo Monteiro na década de 60, registra a procedência dos veranistas que já então ocupavam os principais balneários do Estado. É importante salientar que as praias de Cabeçudas, Camboriú (atual Balneário Camboriú) e Porto Belo recebiam prioritariamente veranistas da região de Blumenau, enquanto ao litoral do extremo norte, onde se localizam as praias de Ubatuba, São Francisco do Sul, Itajubá e Barra Velha, afluíam moradores de Curitiba, Joinville e áreas circunvizinhas. Finalmente, cabe destacar o fluxo de gaúchos que, procedentes, sobretudo, da região de Porto Alegre, já chegavam às praias do sul catarinense.

Atualmente é visível a desigualdade territorial na orla catarinense, provocada não apenas pelo volume da movimentação turística, mas também pela diversidade dos estágios alcançados pelas várias localidades em razão das diferentes temporalidades em que se intensifica a demanda turística e, até mesmo, pela origem dos fluxos. O adensamento dos fluxos turísticos promoveu o surgimento e a consolidação de um aparato receptivo e deu a Santa Catarina uma posição de destaque no âmbito do turismo brasileiro. Os locais mais procurados tendem a repetir o mesmo “modelo” turístico caracterizado por um intenso processo de urbanização e por grandes impactos sócio-ambientais.

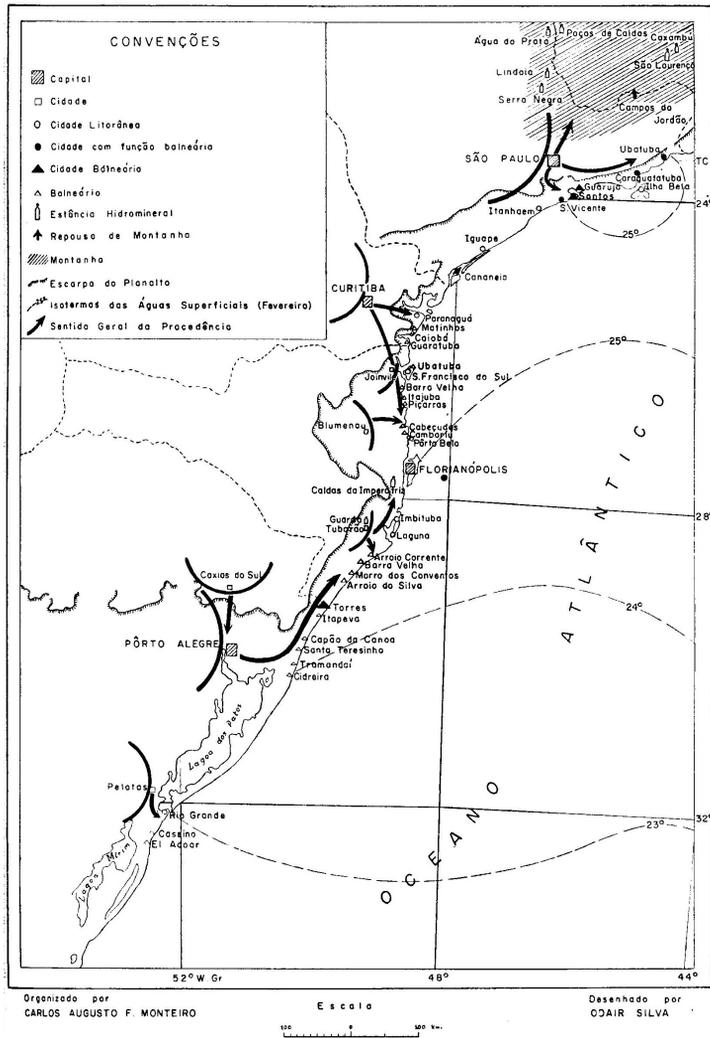


Figura 1 – Localidades de veraneio no Brasil Meridional (Esquemático)

Fonte: CATALDO, Delnida Martinez (org.). **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**. Vol. IV, Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

O mapa da página seguinte apresenta os municípios que formam as três grandes regiões costeiras do Estado de Santa Catarina: o norte, o centro e o sul. No litoral norte, o Balneário Camboriú se sobressai como principal pólo receptor de turistas, muito embora os municípios vizinhos, como é o caso de Itapema, venham passando por um acelerado processo de verticalização de sua orla marítima em função dos crescentes fluxos de veranistas. Itapema lidera a lista dos municípios com maior crescimento demográfico do Estado: em 20 anos (1980-2000) a sua população aumentou 4 vezes – de 6.561 habitantes, em 1980, para 25.857, em 2000. Os números revelam, por um lado, a influência do desenvolvimento do setor turístico e, por outro, também a decadência da pequena produção agrícola familiar, responsável por expressivos movimentos migratórios em Santa Catarina. Migrantes procedentes de municípios do interior e mesmo de outros estados buscam alternativas de emprego e renda. Uma parcela significativa dessa mão-de-obra é absorvida pela construção civil, porém devido à sazonalidade do turismo, a oferta de trabalho assume um caráter eminentemente temporário. A região apresenta uma grande heterogeneidade, embora as pressões ambientais, a falta de infraestrutura básica e a ausência de planejamento sejam uma constante em todos os seus municípios.

No litoral central, o destaque fica com a ilha de Santa Catarina, onde se localiza grande parte do núcleo urbano de Florianópolis, voltado predominantemente às atividades administrativas e ao serviço público. Desde a década de 70, os fluxos turísticos vêm se intensificando, mas sua explosão se deu nos anos 90, em decorrência de vários fatores. O desenvolvimento turístico, além de acelerar a expansão urbana, causa profundas alterações na configuração histórico-espacial da cidade, gerando processos de urbanização diferenciados e grandes impactos sobre os traços culturais e padrões de comportamento das populações de origem açoriana ainda conservados pelas comunidades nativas. A atratividade turística fica comprometida pelo adensamento populacional registrado em alguns balneários, como é o caso de

Canasvieiras, Ingleses e Lagoa da Conceição, enquanto empreendimentos turísticos de grande porte criam loteamentos reservados às classes altas, implantados a partir da década de 80 em grandes glebas de terras (Jurerê Internacional e Praia Brava). O turismo torna-se o grande vetor do crescimento urbano de Florianópolis e projeta Santa Catarina nacionalmente, apesar dos limitados investimentos públicos e da precariedade do planejamento para o setor.

No litoral sul destaca-se Laguna, importante núcleo comercial e cidade histórica que já foi sede da República Juliana, proclamada pela Revolução Farroupilha. Terra natal de Anita Garibaldi e marco extremo sul dos domínios coloniais portugueses pelo Tratado de Tordesilhas, Laguna guarda um patrimônio histórico e arquitetônico que, além de suas praias, atrai um significativo fluxo turístico incrementado, sobretudo, por gaúchos. Ainda no sul, Garopaba, até recentemente uma vila de pescadores artesanais, viu crescer o movimento de turistas impulsionado por suas características naturais e pela própria condição de colônia de pesca.

A Tabela 1 a seguir apresenta um panorama geral do movimento turístico do Estado de Santa Catarina, nos meses de Janeiro e Fevereiro, nos últimos treze anos. O maior fluxo de turistas nacionais verificou-se no ano 2000; já a maior afluência de turistas estrangeiros foi registrada em 2001. Quanto aos gastos turísticos, o maior volume foi registrado em 1997, num total de US\$ 930,61 milhões. Convém destacar também que o ano de 2002 sofreu uma queda significativa especialmente no que se refere ao movimento de turistas estrangeiros, bem como aos gastos turísticos.

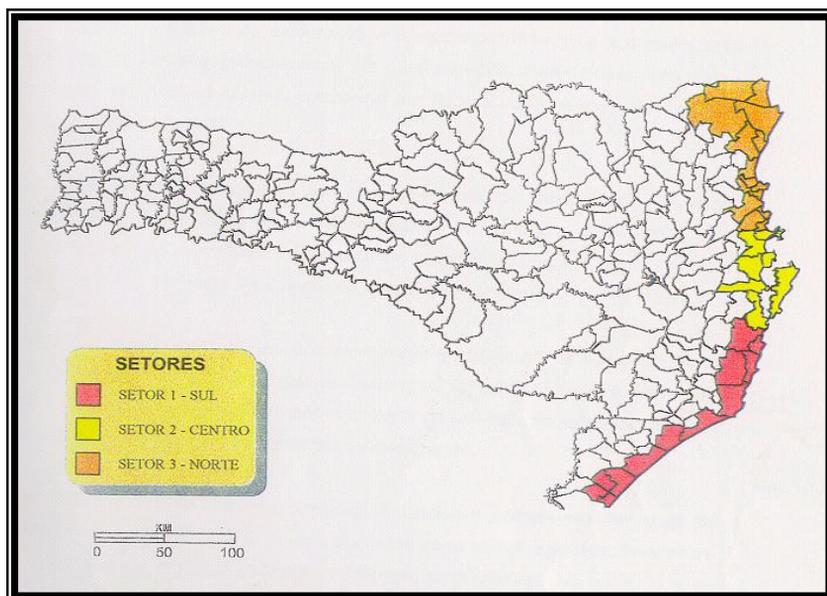


Figura 2 – Estado De Santa Catarina (Municípios litorâneos)

Fonte: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - IBGE. Projeto Gerenciamento Costeiro: diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

Na análise da tabela, chama atenção o expressivo contingente de turistas estrangeiros, sendo que dentre eles se sobressaem os argentinos que há vários anos procuram o litoral catarinense como alternativa para suas férias. A presença de estrangeiros, embora crescente, revela uma grande oscilação fruto das relações cambiais que envolvem o Brasil e a Argentina, países com freqüentes mudanças em suas políticas de câmbio. A diminuição do fluxo de turistas argentinos no verão de 2002 é resultante da grave crise econômica que atravessa o país vizinho. Por outro lado, observa-se também que o próprio número de

turistas nacionais diminuiu de 2.194.522 para 2.001.034, evidenciando a crise econômica que atravessa o Brasil.

TABELA 1 - Movimento estimado de turistas e seus respectivos gastos em Santa Catarina – janeiro e fevereiro (1990-2002)

Ano	Total de turistas (mil)			Gastos turísticos (US\$ milhões)
	Nacionais	Estrangeiros	Total	
1990	810,6	120,8	931,4	284,32
1991	956,1	146,3	1.102,4	219,82
1992	1.091,5	247,8	1.339,3	281,93
1993	1.205,7	378,0	1.583,7	467,20
1994	1.205,2	335,2	1.540,4	565,80
1995	1.238,1	112,5	1.350,6	541,65
1996	1.443,3	117,7	1.561,0	636,97
1997	1.997,6	266,8	2.264,4	930,61
1998	1.661,4	153,6	1.825,0	428,22
1999	1.993,6	292,9	2.286,5	365,08
2000	2.255,9	465,0	2.720,9	491,22
2001	2.194,5	568,7	2.763,2	477,49
2002	2.001,0	158,85	2.159,5	300,04

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística/SANTUR – vários anos.

A Tabela 2, apresentada a seguir, expressa o movimento estimado de visitantes nos principais municípios litorâneos catarinenses nos meses de Janeiro e Fevereiro. Para que se possa fazer uma idéia do volume representado pelos turistas que, conforme a tabela somaram 2.720.854 visitantes em 2000, é importante destacar que nesse ano o recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou uma população de 5.356.360 habitantes em Santa Catarina. O mesmo censo acusou uma população de 342.315 habitantes para Florianópolis, enquanto o Balneário Camboriú apresentou pouco mais de 73 mil moradores fixos, dados que permitem perceber as

TABELA 2 - Movimento estimado de turistas nos principais municípios do litoral catarinense nos meses de janeiro e fevereiro

Destino turístico	2000			2001			2002		
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
<i>Santa Catarina</i>	2.255.860	464.994	720.854	2.194.522	568.663	2.763.185	2.001.034	158.511	2.159.545
<i>Litoral Norte</i>									
Bal. Camboriú	611.782	246.980	858.762	459.161	307.976	767.637	391.294	96.421	487.715
Bombinhas	51.923	32.122	84.045	66.966	64.520	131.486	48.765	5.594	54.359
Itapema	132.285	37.725	170.010	134.804	52.971	187.775	126.550	11.380	137.930
Porto Belo	28.685	5.508	34.193	24.491	3.799	28.290	14.794	1.124	15.918
São Francisco do Sul*	88.720	6.127	94.847	—	—	—	94.966	2.705	97.671
<i>Litoral Central</i>									
Florianópolis	335.132	171.109	506.241	319.901	232.987	552.241	295.464	75.163	370.627
<i>Litoral Sul</i>									
Garopaba	25.914	4.030	29.944	36.027	10.144	46.171	32.208	4.740	36.948
Laguna	86.135	14.302	100.437	64.704	9.591	74.295	81.274	4.549	85.823

* Sem dados disponíveis p/ o ano de 2001

FONTE: Pesquisa de Demanda Turística/SANTUR – 2000/2002.

dimensões do fenômeno turístico nos meses de alto verão, em particular nesses dois municípios. Pelos dados da tabela observa-se que o Balneário Camboriú constitui o maior núcleo receptor de turistas no Estado, seguido por Florianópolis que ocupa o segundo lugar. Em 2000, o número de turistas que afluíram ao Balneário Camboriú representou 31% do total de visitantes, enquanto em 2002 esse balneário absorveu 22% dos que procuraram Santa Catarina. Da mesma forma, os turistas chegados a Florianópolis no ano 2000 representavam 18% do total recebido pelo Estado, enquanto em 2002 a capital de Santa Catarina absorveu 17% do fluxo turístico litorâneo. Isso significa que as duas localidades receberam, em 2000, quase a metade dos turistas atraídos pelo litoral catarinense (49%) e, em 2002, 39% do total de visitantes acolhidos pelos municípios da orla marítima.

É importante lembrar que, além da completa infra-estrutura urbana, o Balneário Camboriú, maior destino turístico de Santa Catarina, dista pouco mais de meia hora das cidades de Brusque e Blumenau que, juntas, formam o maior pólo têxtil nacional e constituem importantes núcleos da cultura germânica herdada dos primeiros colonizadores do vale do Itajaí.

O litoral norte de Santa Catarina estende-se da divisa do Estado do Paraná até as praias do município de Governador Celso Ramos, já na Grande Florianópolis. Nele o turista encontra desde importantes núcleos históricos, como é o caso de São Francisco do Sul – uma das mais antigas cidades do Brasil Meridional – até as mais recentes diversões eletrônicas do Beto Carrero World, o maior parque temático da América do Sul, localizado na praia da Armação, município de Penha, empreendimento cujo fluxo é favorecido pela proximidade da BR-101, hoje parcialmente duplicada, e pelo aeroporto de Navegantes, situado no município vizinho. Há, além de Balneário Camboriú, o principal pólo receptor, outras praias como Itapema, Bombinhas e Porto Belo, bastante procuradas pelos turistas. Porto Belo, localizada na baía do mesmo nome, é dotada de um excelente porto natural que desde o final dos anos 90 ingressou na rota de navios de cruzeiro que

passam pela Costa Sul do país nos meses de verão. Florianópolis, localizada na parte central do litoral catarinense, é a segunda destinação turística mais importante do estado. Além do patrimônio natural rico em biodiversidade, a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo destacam-se também pelas marcas da colonização açoriana ainda presentes no seu cotidiano, seja no sotaque, na gastronomia, na arquitetura, no folclore, no artesanato, nas festas e nas tradições trazidas pelos imigrantes do Arquipélago dos Açores chegados há 250 anos.

No litoral sul sobressaem Laguna e Garopaba. A primeira é cidade histórica rodeada por belas praias, enquanto a segunda, distante cerca de 60 km de Florianópolis, ganhou notoriedade como um dos melhores pontos do litoral brasileiro para a prática do surfe e por abrigar as instalações da Mormaii, principal fabricante nacional de roupas isotérmicas usadas pelos surfistas.

A análise dos dados aqui apresentados permite concluir que os recursos existentes na faixa costeira catarinense vêm sendo intensamente explorados, o que pode ocasionar a erosão de parte dos atributos que sustentam o turismo de massa em Santa Catarina. Apesar da queda do número de turistas, tanto estrangeiros quanto nacionais, registrada em 2002, fruto da crise econômica vivida por argentinos e brasileiros, o expressivo fluxo que chega ao litoral catarinense nos meses de Janeiro e Fevereiro impõe um amplo debate sobre a manutenção da atratividade turística e seus reflexos sobre a natureza e a sociedade das áreas envolvidas. Diante da gravidade dos impactos sociais e ambientais, torna-se imperioso o planejamento de alternativas para o setor, contemplando as possibilidades de uma ação conjunta entre as iniciativas privada e pública e envolvendo nos debates as comunidades locais.

Referências bibliográficas

Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: DEGC, 1958.
BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina.

- SANTOS, Maurício Aurélio dos (org.) **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BERNARDES, Nilo. A Grande Região Sul. **Panorama regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC/SEC/PNE, 1968
- CHOLLEY, André. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- CRUZ, Olga. **A ilha de Santa Catarina e o Continente Próximo: um estudo de geomorfologia costeira**. Florianópolis: UFSC, 1998.
- LINS, Hoyêdo Nunes et al. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.
- MAMIGONIAN, Armen. Vida regional em Santa Catarina. **Orientação**. n. 2. São Paulo: IG-USP, set. 1966.
- _____. Notas Sobre o Processo de Industrialização no Brasil. **Boletim do Departamento de Geografia de Presidente Prudente**. São Paulo, 1969.
- _____. Industrialização de Santa Catarina. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986
- _____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. ANDRADE, Manoel Correia de et al. (orgs). **O mundo que o português criou**: Brasil: século XVI. Recife: CNPq/Fjn, 1998.
- _____. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**. n. 1. Departamento de Geociências, CFH/UFSC. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.
- _____. **Santa Catarina: sociedade e natureza**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: CNPq, 2000 [mimeo.].

- MARX, Karl. O Método da Economia Política. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. de Maria H. B. Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Clima. CATALDO, Delnida Martinez (org.). **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**. Vol. IV, Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- PELUSO JR, Victor Antônio. A criação da capitania da Ilha de Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 2º sem., 1944.
- _____. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.
- PEREIRA, Raquel M^a Fontes do Amaral. **A geografia e a formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **Santa Catarina: sociedade e natureza**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: CNPq/LABEUR-UFSC, 2000 [mimeo.].
- RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- _____. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. In: **Geosul**. n. 15, ano VIII. Florianópolis: EDUFSC, 1º sem. 1993.
- RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)**. Florianópolis, CEAG/SC, 1980.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul – IBGE. **Projeto**

- gerenciamento costeiro:** diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina. Florianópolis, Junho/1997. 64 p.
- SILVA, Célia Maria e. **Ganchos – SC:** ascensão e decadência da pequena produção pesqueira. Florianópolis: UFSC, 1992.
- SINOPSE COMPARATIVA DE 2000, 2001 E 2002 – janeiro e fevereiro. Estado de Santa Catarina/SANTUR (Pesquisa Mercadológica: Estudo da Demanda Turística), abril de 2002.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus e PEREIRA, Raquel Fontes do A. Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: notas preliminares. **Anais do congresso de história e geografia de Santa Catarina.** Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.